

DISCLOSURE E COMPLIANCE: SUA INFLUÊNCIA NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Natália Pereira Freitas; Guipson Fontes Pinheiro Neto; Cristovão Araripe Marinho

Centro Universitário Estácio do Ceará

Nataliapreira.npf05@gmail.com; prof.guipson@gmail.com; cristovao.marinho@docente.estacio.br

Resumo do artigo: O estudo teve como objetivo identificar a influência da *disclosure* e *compliance* na governança corporativa, a partir do que vem sendo discutido e publicado em conceituados periódicos nacionais. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, considerando dois periódicos indicados pela ANPCONT e qualificados pela Capes com Qualis A2: Revista Brasileira de Gestão de Negócio e Contabilidade Vista e Revista. Em cada um desses periódicos, buscou-se por artigos que continham em seu título e resumo, as palavras-chave *disclosure*, *compliance* e governança corporativa. Com isso, a coleta contemplou uma amostra de vinte e cinco artigos. Após a identificação dos artigos que compuseram a base de dados, foi realizada, primeiramente, uma avaliação individual de cada artigo, para posterior avaliação agrupada pelas temáticas *disclosure*, *compliance* e governança corporativa, utilizando-se da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram que as ferramentas *disclosure* e *compliance* são inevitáveis para que a governança corporativa seja eficiente, visto que são princípios que resguardam e qualificam a transparência das informações publicadas aos investidores, fortalecendo o grau de confiabilidade com a organização, bem como uma busca dessas organizações por alinhamento com as normas internacionais. No mercado corporativo, gerenciar com o *disclosure* e estar em *compliance* é indispensável, pois os investidores se sentem mais seguros quando a companhia evidencia mais do que está previsto em lei, demonstrando seriedade e comprometimento organizacional. E a ausência de *disclosure* e *compliance* faz com a governança corporativa não cumpra seus objetivos de transparência e seguimento das normas, assim deixando-a deficitária e não elevando a imagem das organizações.

Palavras-chave: Governança Corporativa, *disclosure*, *compliance*.

1. INTRODUÇÃO

No mundo competitivo, de internacionalização e crescimento, a governança corporativa é uma ferramenta de gestão, que visa aumentar a segurança das informações, o poder de decisão e a realização de boas práticas empresarias. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), organização sem fins lucrativos, é a principal referência brasileira para o desenvolvimento das melhores práticas de governança corporativa, e a define como o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (IBGC, 2015).

O IBGC rege a governança corporativa com princípios a serem seguidos, sob a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico das organizações e, assim, assume a transparência (*disclosure*), equidade (*fairness*), prestação de contas (*accountability*), responsabilidade corporativa e *compliance* como principais pilares.

O *disclosure*, por sua vez, corresponde a um termo contábil utilizado para descrever o processo de divulgação de informações financeiras, fornecidas ao público externo, atingindo seu objetivo de transparência e qualidade da informação.

Estar em conformidade com leis e regulamentos - tanto externos, quanto internos -, é estar em *compliance*. Essa garante uma melhor aplicabilidade para governança corporativa, pois ambas são pilares para que as divulgações e transparência das organizações estejam de acordo com as normas estabelecidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A IASB tem como missão o desenvolver de normas, visando à unificação de princípios, bem como a compreensibilidade e padronização para divulgação de informações financeiras de modo a serem entendidas mundialmente.

Em sopesar a este contexto, a presente pesquisa tem como foco duas ferramentas que dão ênfase à governança corporativa, para assim desenvolver seu objetivo geral de identificar a relação entre *disclosure* e *compliance*, e também analisar sua influência na ferramenta de governança corporativa na tomada de decisões, a partir do que vem sendo discutido e publicado em conceituados periódicos nacionais.

2. GOVERNANCA CORPORATIVA, SEU CONTEXTO HISTÓRICO E ORGANIZACIONAL

O papel fundamental da contabilidade é fornecer informações úteis, com transparência e qualidade aos seus usuários (RODRIGUES; GOMES, 2014, p.5). Contudo, essas informações devem ser divulgadas de forma estruturada, evidenciando sua situação financeira e patrimonial (CPC 26 R1, item 9). Para atender as exigências ao padrão necessário de modo universal, no ano de 2001 veio a ser constituída a *International Accounting Standards Board (IASB)*, trazendo consigo o conjunto de normas contábeis globais, de forma a promover a aplicabilidade no maior número de países as convergências entre as normas contábeis locais e as *Internacional Financial Reporting Standards* (RODRIGUES; GOMES, 2014, p. 10).

Com a crescente evolução de informações, mudanças de tecnologias, o processo de gerenciamento das organizações vem se desenvolvendo de forma objetiva, a exigir crescentes níveis de qualidade e integração do sistema de governança corporativa (SILVA, 2012, p. 09).

A governança corporativa surgiu em meados do século XX, quando as empresas passaram por uma grande interação com o mercado internacional. Assim, trouxe à tona a necessidade de se definir práticas que melhorasse a convivência entre os acionistas, investidores e envolvidos, a atentar os interesses desses (IBGC, 2015).

Silva (2012, p. 41) conceitua o nascimento da governança corporativa como uma gestão de monitoramento e incentivo, para alinhamento de interesses entre executivos e acionistas. Buscando este alinhamento de informações o Instituto Brasileiro de Conselho de Administração (IBCA) foi criado para desenvolver boas práticas de governança corporativa, que em 1999, assumiu outra nomenclatura: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), permanecendo atuante até o presente momento (SILVA, 2012, p. 64).

Como um dos princípios fundamentais a aplicabilidade das boas práticas da governança corporativa tem-se o *disclosure* (IBGC, 2015, p. 20). Silva (2012, p. 67) caracteriza o *disclosure* como um “desejo de informar”, evidenciando mais do que sua obrigação.

Murcio; Machado (2013) e Lima et al. (2012) defendem que o *disclosure* repercute num nível de divulgação organizacional, o qual pode impactar de forma positiva a imagem da organização, chegando, inclusive, a agregar valor a suas ações.

Ainda, segundo Gallon et al. (2008), a quantidade e qualidade de divulgação de informações, proporciona credibilidade e uma harmonização de direitos entre os acionistas, sendo um fator prevaiente na sobrevivência das empresas no mercado de capitais.

Entretanto, para que se siga e permaneça dentro dos padrões designados, busca-se o desenvolvimento da ferramenta de gestão de riscos *compliance*, cuja função é assegurar que toda a organização esteja em conformidade a seus princípios, normas e leis (IBGC, 2015, p. 91).

Frente a esta consideração, Silva (2012, p. 108) salienta que o *compliance* é um dos instrumentos que auxiliam a tomada de decisões, garantindo o seguimento das normas e melhorando o desempenho organizacional. E manter a organização em *compliance* com as normas e leis, garante a integridade da organização por parte de todos os interessados, seja *stakeholders* ou *shareholders* (MAIA; FORMIGONI; SILVA, 2012).

A gestão de *compliance* está em bastante evidencia, após a notória busca por padronização conforme às normas internacionais. Com isso, o mercado de capitais vem investindo e qualificando profissionais, para atender o público externo, movido pela exigibilidade de informações fidedignas, de acordos com a normas e leis, e com potencial para crescimento balizado por fatores como a transparência e Governança Corporativa.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se como exploratória e descritiva, utilizando o procedimento de levantamento bibliográfico como principal técnica de

levantamento de dados; e a técnica de Análise de Conteúdo para análise de dados levantados (BEUREN, 2013).

Quanto ao levantamento de dados: foram consultados dois periódicos - Contabilidade Vista & Revista e Revista Brasileira de Gestão de Negócios -, alcançados por meio da indicação da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em ciências Contábeis (ANPCONT), em seu site. E tais periódicos foram avaliados pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento e Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo estratificados com Qualis A2.

Realizou-se uma busca, em cada um desses periódicos, por artigos que continham em seu título e resumo, as palavras-chave *disclosure*, *compliance* e governança corporativa. Com isso, a coleta contemplou um achado de 25 (vinte e cinco) artigos, constituindo-se, esses, a amostra da pesquisa. Após a seleção da amostra, foi produzido um roteiro para extração de dados bibliográficos, sob o intuito de direcionar os pesquisadores no momento de leitura, releitura, identificação das possíveis contribuições advindas da amostra alcançada e, por conseguinte, organização, tratamento e aproveitamento dos dados, ações antecedentes à Análise de Conteúdo.

Na Revista Contabilidade Vista & Revista foram alcançados 10 artigos referente o *disclosure* e 8 pertencente a governança corporativa, não havendo trabalhos publicados nesse periódico que abordasse *compliance*. Todavia, na Revista Brasileira de Gestão de Negócios foram alcançados 3 artigos contendo a *disclosure* (desses, 1 equiparado ao *compliance*) e 4 a governança corporativa.

Após a identificação dos artigos que compuseram a base de dados, foi realizada, primeiramente, uma avaliação individual de cada artigo, para posterior avaliação agrupada pelas temáticas *disclosure*, *compliance* e governança corporativa, a efetuar as análises necessárias para responder aos objetivos assumidos pelos pesquisadores.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados bibliográficos, advindos da Revista de Contabilidade Vista & Revista e da Revista Brasileira de Gestão de Negócios, oportunizou a transformação dos dados em informações e, conseqüentemente, resultados. Esses que estão apresentados e discutidos neste capítulo.

Verificou-se que as expressões mais recorrentes nos artigos selecionados foram *disclosure* (48%) e governança corporativa (48%), cuja frequência

relativa predominou na compilação dos periódicos, ressaltando que o *compliance* segue em desenvolvimento e adaptação por parte das organizações. No entanto, foi identificado um artigo (MAIA; FORMIGONI; SILVA, 2012) que continha em seu tema a *disclosure* associado ao *compliance*.

Tabela 1 - Palavras-chave para coleta de dados

Compilação dos Periódicos		
Palavras-chave	Frequência	Porcentagem
Disclosure	12	48%
Compliance e Disclosure	1	4%
Governança Corporativa	12	48%
Total de artigos	25	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Diante dos resultados da pesquisa, no que se refere ao *disclosure*, a Revista Contabilidade Vista & Revista apresentou uma maior contribuição para os achados com essa palavra-chave. Neste periódico foram identificados 10 artigos, assim analisados separadamente para fins de identificar suas contribuições.

Dentre esses artigos, pode-se analisar o de Consoni e Colauto (2016), que investigaram a influência das normas internacionais de contabilidade e a relação das divulgações obrigatórias e voluntárias numa amostragem de 66 empresas listadas na BM&F Bovespa. Concluíram que as empresas buscaram aumentar seu nível de divulgação voluntária, porém, somente em relação a conteúdo e não a qualidade de informação. O que corresponde a uma limitação, pois o intuito das divulgações voluntárias é evidenciar informações que contenham mais detalhes, confiabilidade, transparência, em relação a ações e processos que possam dar visibilidade satisfatória às organizações.

Outros pesquisadores (LIMA et al., 2012) chegaram a considerações similares às de Consoni e Colauto (2016), quando atentado os possíveis impactos da divulgação de informações detalhadas. Em sua proposta, Lima et al. (2012) analisaram o nível de divulgação e a variável preço das ações, referentes às empresas que divulgavam informações detalhadas e as que não as detalhavam, no intuito de descobrir sua influência na variação do preço das ações. Logo, foi elaborada uma pesquisa campo através de uma simulação no mercado de capitais, envolvendo graduandos do curso de Ciências Contábeis de IES públicas e privadas, que estivessem cursando a disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis. Nessa simulação foram abordados nomes fictícios para duas empresas: Beta e Alfa. Após o levantamento dos dados e análise do conteúdo, foi possível identificar que ambas empresas divulgavam as mesmas informações. Mas no decorrer dos anos, Beta

passou a divulgar informações e relatórios extras, deixando seus acionistas e futuros investidores mais confiantes com seus relatórios. Com as informações acionadas por Beta, a mesma passou a ser mais valorizada do que a empresa Alfa.

Os impactos do nível de *disclosure* corporativo também representou o interesse balizador de outro artigo (MURCIA; MACHADO, 2013), que compôs a amostra bibliográfica analisada. Murcia e Machado (2013) investigaram, de forma empírica, a assimetria informacional, evidenciando que, através de estudos existentes, o *disclosure* voluntário diminuiu o número de investidores com privilégios e aumentou o grau de confiabilidade dos menos entendidos, nivelando as informações aos participantes do mercado e repercutindo na liquidez das ações.

Dentre modelos de *disclosure* voluntário abordados na amostra pesquisada, estavam os de Evidenciação Ambiental (EA), *Disclosure* Social e Ambiental (DSA), artigos de Rosa et al. (2010) e Nascimento et al. (2009), respectivamente. As divulgações sócias ambientais vêm crescendo a cada ciclo, visto que o mercado de capitais vem mudando, para ampliar a rede de investidores, valorização organizacional e crescimento das ações, as empresas passaram a divulgar sobre seus projetos e resultados relacionados ao meio ambiente (ROSA et al., 2010). O *disclosure* sobre situação ambiental não se trata somente de mais uma informação ou relatório extra que a organização divulga e muitos gestores se utilizam do mesmo para tomada de decisão gerencial.

Assim, o DSA também vem ganhando evidencia, visto que as pessoas interessadas em ações buscam analisar se a organização participa da preservação ao meio ambiente. Ciente disso, as empresas vêm divulgando mais informações para atender o mercado. Um dos artigos analisados (NASCIMENTO et al., 2009) tinha como objetivo identificar e caracterizar a pesquisa em *Disclosure* Social e Ambiental, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e de rede social, concluindo que a temática mais abordada é a ambiental.

Considerando a transição dessas evidenciações frente a aplicabilidade das normas internacionais de contabilidade, um artigo (SILVA; NAKAO, 2011) atentou para as divulgações financeiras, das empresas de construção civil e alimentos, listadas na bolsa de valores de Londres e Madrid. Silva e Nakao (2011) realizaram sua pesquisa no momento de atualização das normas internacionais, a contemplar padrões para divulgação de informações financeiras, contábeis e voluntárias das organizações. Constataram que apenas uma parte das empresas analisadas divulgaram por completo suas informações, incluindo o *disclosure* voluntária. Assim, não atingindo a perspectiva do mercado, deixando a desejar nos seus relatórios sócio-ambientais, em se tratando de dois ramos

de atividades que necessitam divulgá-los para que seus investidores tenham confiança em investir nelas.

Outra pesquisa trouxe como evidência (GALLON et al. 2008) a aplicabilidade das normas internacionais, constatando o que teriam mais evidência de transparência e divulgação nos relatórios informados pelas organizações. Relatórios que estivessem dentro dos padrões da Lei Complementar e recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), logo coletaram dados das empresas listadas na BM&F Bovespa nos níveis 1 e 2 de governança corporativa. Gallon et al. (2008) concluíram que independente dos níveis de governança, no que se trata das informações obrigatórias, os relatórios enfatizaram informações referente aos aspectos financeiros, e no que diz respeito às não obrigatórias, a evidenciação em responsabilidade social foram destacadas.

Todavia, pôde-se notar que a preocupação com o *disclosure* por partes das empresas não se limitou àquelas internacionais do segmento de construção civil e alimentos (SILVA; NAKAO, 2011). Houve também empresas de distintos segmentos contempladas, como as dos segmentos têxtil (ABREU et al., 2009) e esportivo (MAIA; VASCONCELOS, 2016).

Quando pesquisadas um conjunto de 22 empresas do ramo têxtil de capitais aberto, a relação de condutas e performances econômica na publicação de suas demonstrações, Abreu et al. (2009) notaram que todas aquelas que adotavam condutas socialmente responsáveis e conquistavam melhores performances econômicas.

No tocante o *disclosure* aplicado ao segmento esportivo, Maia e Vasconcelos (2016) conseguiram identificar o perfil dos ativos intangíveis dos clubes de futebol brasileiros e europeus. Relataram sobre a evidenciação contábil, direcionando a pesquisa a conta de ativos intangíveis desses clubes, não focando no *disclosure* como um todo, mas numa conta específica, que integra uma das demonstrações que é obrigatória de acordo com CPC 26 e Lei complementar das 6.404/1976. Assim, resultado da pesquisa retratou que 90,9% dos clubes não informam o número de atletas profissionais contratados na temporada, classificados como ativos intangíveis.

Em complemento às considerações de Maia e Vasconcelos (2016), quanto aos ativos intangíveis, outros pesquisadores (COLAUTO et al., 2009) realizaram uma pesquisa descritiva composta por 80 empresas classificadas nos 3 níveis de governança corporativa da Bovespa. Analisaram se as companhias de capital aberto brasileiras evidenciavam os ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração. Pode-se apurar que as empresas do

novo mercado e nível 1 possuíam valor de mercado e tendiam a divulgar mais características intangíveis, já as empresas de maior valor do nível 2 não evidenciam as características referente aos ativos intangíveis.

E se tratando de informações referente a perda do valor recuperável, no qual citada como obrigatória no CPC01, (SOUZA; BORBA; ZANDONAI, 2011) buscaram apresentar se as empresas de capital aberto reconhecem a perda de valor recuperável de ativos como informam as normas do pronunciamento técnico CPC01. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem do problema qualitativa. A coleta deu-se por um grupo de 58 empresas brasileiras na BM&F Bovespa referentes à carteira teórica do primeiro quadrimestre de 2009, tendo como resultado que nenhuma das empresas estudadas, divulgam todas as informações que o pronunciamento técnico aborda referente a perda de valor recuperável.

Silveira e Borba (2010) analisaram a conformidade de prestação de contas com as normas contábeis na área de educação e pesquisa, na cidade de Santa Catarina. Os dados foram colhidos junto ao Ministério Público de Santa Catarina, abrangendo 39 fundações no período de 2004 a 2006. Silveira e Borba (2010) notaram que 67% das fundações pesquisadas estavam em conformidade com a prestação de contas das demonstrações contábeis, buscando evidenciar a necessidade de aprimoramento para a transparência e conscientização das normas contábeis.

Uma pesquisa que contemplou *compliance* e *disclosure* em seu bojo foi a de Maia, Formigoni e Silva (2012). Pesquisadores que elaboraram uma pesquisa quali-quantitativa, de forma a verificar quais variáveis influenciam o nível de evidenciação mínima das companhias abertas brasileiras durante o período inicial de harmonização às normas internacionais de contabilidade no Brasil. A amostra foi coletada na BM&F Bovespa sendo o público alvo companhias abertas brasileiras não financeiras que compõem o índice IBRX, que trouxe como resultado 78 empresas. Utilizaram dos relatórios extraídos das demonstrações contábeis e notas explicativas no período de 2008 e 2009, através do banco de dados da econométricas e do site da Comissão de Valores Mobiliário (CVM). Maia, Formigoni e Silva (2012), em seus resultados, discutiram que o nível de evidenciação mínima influência de forma positivamente quando de trata de governança corporativa, já para as variáveis de rentabilidade e tamanho da organização o nível de evidenciação mínima não foi influenciado.

Buscando o aprofundamento dos estudos com relação da aplicabilidade do *compliance* e *disclosure*, os pesquisadores (AMARAL et al. 2008) buscaram evidenciar a relação entre as divulgações e sua relação com a governança corporativa.

Assim, pesquisaram se existia alguma relação entre a defasagem na divulgação dos demonstrativos financeiros anuais das empresas e seu nível de governança corporativa. Foram analisadas empresas não financeiras listadas na Bovespa, por meio da utilização dos modelos de Mínimos Quadrados Ordinários e o modelo de Tobit. Contudo, Amaral et al. (2008) chegaram à conclusão de que as empresas, independente de níveis de governança classificados na Bovespa, tendem a demorar para divulgação dos seus resultados e relatório, havendo relação com defasagem.

E se tratando a mesma linha de pesquisa referente aos níveis da governança corporativa e suas divulgações, Bertucci et al. (2009) pesquisaram a relação do seguimento de normas e padrões, classificadas em níveis diferentes de governança corporativa, objetivando analisar as mudanças no espaço temporal de 5 anos, as mudanças nos hábitos e rotinas da contabilidade gerencial. Bertucci et al. (2009) tinham como foco analisar as 100 empresas da revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2005, enviaram um questionário as mesmas, sem obtenção de retorno. Então, pesquisaram no site da Bovespa as empresas classificadas no nível 1 e 2 como já mencionado. Concluíram que mudanças ocorreram nos hábitos e rotinas da controladoria, porém não se pôde identificar que hábitos mudaram, visto que para esse resultado, teriam que elaborar um trabalho junto de todos os procedimentos organizacionais.

Seguindo a mesma linha de estudo em níveis de governança corporativa, KLANN, R. C., JÚNIOR, R. L., BEUREN, I. M. (2006) buscaram através de uma pesquisa exploratória-descritiva, com dados oriundos da BM&F Bovespa, analisar a composição, o risco e a persistência da volatilidade nos níveis 1, 2 e novo mercado da governança corporativa. Com isso, os resultados indicaram uma relação negativa entre as boas práticas de governança corporativa e vitalidade dos ativos, e que os melhores resultados foram identificados para os ativos das empresas do novo mercado. Os autores ressaltam que não utilizaram todas as empresas listadas, somente as que se encaixaram nos critérios estabelecidos.

Em busca de informações sobre o crescimento de adequabilidade as boas práticas de governança corporativa, pesquisadores analisaram estudos, para descobrir de que forma impactaria a vida organizacional. Nardi e Nakao (2008) propuseram verificar o impacto da adesão aos níveis diferenciados da governança corporativa sobre a imagem institucional para os *stakeholders* e *shareholders*. Sua análise surgiu a partir das respostas dos questionários enviados as 47 empresas encontradas no ano de 2005, obtendo um retorno de 45 dessas. Nardi e Nakao (2008) puderam evidenciar que as mudanças impactam mais aos *shareholders* do que aos *stakeholders*, uma vez muitas vezes quem está dentro

não percebe o impacto da mudança da mesma forma daqueles que estão no âmbito externo à organização.

Em busca de pesquisar sobre como eram as políticas de remuneração em publicações internacionais, Souza e Borba (2007) consideraram periódicos internacionais, tratando de uma análise de conteúdo, com um achado de 157 artigos, eliminando 41 a qual não se enquadravam no perfil solicitado. Os resultados dessa pesquisa sustentam que os países com mais trabalhos focados em remuneração dos executivos foram do continente americano, visto que totalizou 66% dos achados na modalidade de artigos empíricos.

Silva, Carmona e Lagioia (2011) analisaram a diversidade no mercado brasileiro de ações em comparação a carteira de mercado. Uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, cujo levantamento de dados ocorreu em 2009, tendo como resultados a informação que as carteiras pertencentes ao IGC (índice de ações com governança corporativa diferenciada) são superiores a carteira de mercado.

Assim como Nadir e Nakao (2008), Luca et al. (2010), em sua pesquisa, conseguiram identificar a visibilidade positiva de organizações que aplicam a governança, focaram em evidenciar os mecanismos de auditoria que são divulgados pelas empresas listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa São Paulo (Bovespa). Contemplaram um total de 162 empresas, por meio da avaliação de seus relatórios referentes à auditoria externa, interna e o comitê de auditoria. Luca et al. (2010) praticaram uma análise de conteúdo, a qual resultou na discussão de que os dados divulgados pelas empresas dos níveis de governança corporativas ainda são muito incipientes, necessitando agregar mais atenção, visto que as empresas poderiam melhorar ainda mais seu processo de divulgação de dados ao mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste estudo foi analisar o conteúdo de estudos que se referem ao *disclosure* e *compliance* e sua influência na governança corporativa. Para tanto, foi feito um levantamento de artigos publicados na Revista de Contabilidade Vista & Revista e na Revista Brasileira de Gestão de Negócios, e, em seguida, os mesmos foram examinados, explorando informações para que o objetivo proposto fosse atingido.

Do total de 25 artigos coletados, verificou-se a existência de 24 (96%) artigos contendo os termos *disclosure* e governança corporativa. Tais descobertas podem se justificar inicialmente pela convergência das normas internacionais de contabilidade que prezam pela qualidade da

informação e sua respectiva divulgação com foco no usuário externo.

Com a aplicabilidade das normas internacionais, as organizações buscam aderir as boas práticas de governança corporativa, a fim de cumprir as obrigações no fato de divulgar suas informações com confiabilidade, transparência e dentro da lei.

Como base nos resultados desta pesquisa, pôde-se constatar que o *disclosure* vem ganhando destaque, por corresponder a um princípio dentro no manual de boas práticas de governança corporativa e que visa à divulgação transparente das informações prestada, tornando a instituição visível positivamente no mercado de capitais.

E no que tange ao *compliance*, observou-se que ainda há pouca discussão sobre o tema, o que pode estar relacionado ao cenário econômico e político brasileiro atual, em meio a crises e corrupção. Ou seja, cenário manifestado a partir da ausência de *compliance* por parte das organizações. Logo, demanda por mais pesquisas exploratórias e discussões.

Já a governança corporativa veio para alinhar as informações para os acionistas, investidores e minoritários, impedindo que haja privilégio de informações, tornando a organização confiável e deixando mercado de capital mais competitivo e valorizado.

Com as análises efetuadas tem-se como resultado que o *disclosure* e o *compliance* influenciam diretamente a governança corporativa e o não exercício desses, faz com a governança corporativa não cumpra seus objetivos de transparência e seguimento das normas, assim deixando-a deficitária e não elevando a imagem positiva da organização.

Para estudos futuros, sugere-se relacionar a adequabilidade das empresas brasileiras que tem gestão de *compliance* e *disclosure*, com a lei anticorrupção 12.846/2013 e lei Sarbanes-Oxley, de que forma positiva, agregariam mais visibilidade a organização.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C. S.; JUNIOR, O. V. C.; SOARES, F. A.; FILHO, J. C. L. S. Efeito da conduta social sobre a performance econômica: evidências da indústria têxtil brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 119-142, jan./mar. 2009.
- AMARAL, H. F.; IQUIAPAZA, R. A.; TOMAZ, W. P.; BERTUCCI, L. A. Governança corporativa e divulgação de relatórios financeiros anuais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 1, p. 61-82, jan./ mar. 2008.
- BERTUCCI, J. L. O.; CAMPOS, E. Á. S.; PIMENTEL, T. D.; PEREIRA, R. D. Mecanismos de governança e processos de sucessão: um estudo sobre a influência dos elementos de governança corporativa na direção do processo de sucessão em uma empresa familiar. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 152-167, abr. / jun. 2009.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2013.
- COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança

corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 142-169, jan./mar. 2009.

CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 62, p. 658-677 out./dez. 2016.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Evidenciação contábil: itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun. 2008.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_web.pdf> Acessado em 20 de mar. 2017.

KLANN, R. C.; JÚNIOR, R. L.; BEUREN, I. M. Mudanças nos hábitos e rotinas da contabilidade gerencial nas empresas de governança corporativa em Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 17, n. 3, p. 67-89, jul./ set. 2006.

LIMA, D. H. S.; RODRIGUES, J.M.; SILVA, C.A.T.; SILVA, J.D.G. Impacto do nível de evidenciação de informações contábeis sobre a pacificação de ações com contexto de seleção adversa: uma pesquisa experimental. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 14, n. 43, p. 159 – 175 abr/jun. 2012.

LUCA, M. M. M.; MARTINS, L. C.; MAIA, A. B. G. R.; COELHO, A. C. D. Os mecanismos de auditoria evidenciados pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa e no novo mercado da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 101-130, jan./mar. 2010.

MAIA, A. B. G. R.; VASCONCELOS, A. C. Disclosure de ativos intangíveis dos clubes de futebol brasileiros e europeus. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, set/dez. 2016.

MAIA, H. A.; FORMIGONI, H.; SILVA, A. A. (2012) Empresas de auditoria e o compliance com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios** – São Paulo, v. 14, n. 44, p. 335-352, jul./set. 2012.

MURCIA, F. D. R.; MACHADO, M. V. Impacto do nível de disclosure corporativo na liquidez das ações de companhias abertas no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 54-77, jul./set. 2013.

NARDI, P. C. C.; NAKAO, S. H. Impacto da entrada nos níveis diferenciados de governança corporativa sobre a imagem institucional das empresas. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 85-111, abr./jun. 2008.

NASCIMENTO, A. R.; SANTOS, A.; SALOTTI, B.; MÚRCIA, F. D. Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 15-40, jan./mar. 2009.

RODRIGUES, A.; GOMES, J. S. **Contabilidade Empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ROSA, F. S.; FERREIRA, A. C. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Evidenciação ambiental (EA): contribuição da metodologia multicritério para identificação dos aspectos financeiros para a gestão ambiental. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 27-61, out./dez. 2010.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. F. M.; CARMONA, C. U.; LAGIOIA, U. C. T. Relação de risco e prática de governança corporativa no mercado de valores brasileiro: uma abordagem de acordo com a teoria da carteira por Markowitz. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 175-192, abr. / jun. 2011.

SILVA, T. M.; NAKAO, S. H. Divulgação na adoção pela primeira vez de IFRS por empresas europeias de setores e sistemas jurídicos diferentes. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 93-124, abr./jun. 2011.

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Contabilidade Vista**

& Revista - Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 41-68, jan./mar. 2010.

SOUZA, F. C.; BORBA, J. A. Governança corporativa e remuneração de executivos: uma revisão de artigos publicados no exterior. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 2, p. 35-48, abr./ jun. 2007.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; ZANDONAI, F. Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 67-91, abr./jun. 2011.

